

PORTUGAL

democrático

SAI NA PRIMEIRA 6.ª FEIRA DE CADA MÊS

REDAÇÃO: R. Conselheiro Crispiniano, 379 — sala 601 — Telefone: 35-5822 — SÃO PAULO

ANO I — N.º 6



SÃO PAULO, 7 DE DEZEMBRO DE 1956



CR\$ 3,00

Leiam
Neste Numero:

PAGINA 3 — Opiniões insuspeitas (João Sarmiento Pimentel); PAG. 5 — O Tarrafal, por quem lá esteve (Dória Mendes); PAG. 6 — Antologia da Censura (Thomaz Ribeiro Colaço) PAG. 7 — A Investigação Científica em Portugal.

PANORAMA MORAL DO PODER JUDICIAL PORTUGUÊS SOB O REGIME SALAZARISTA

Em 1953 realizou-se o julgamento dum grupo de oficiais militares, entre os quais um general, e de alguns civis acusados de terem conspirado para derrubar o governo de Salazar. O rei capitão Henrique Galvão tornou-se na principal figura desse julgamento. O Tribunal Militar que os julgou foi composto, como é curial, de dois generais e dum juiz de carreira, sendo este último o dr. Antonio Julio Crispiniano de Lacerda. Este juiz já tinha sido o organizador do processo, na fase preparatória e de investigação policial, facto que o inibia de ter nele judicção. Todavia foi julgador. Era este juiz ao tempo passivo de um processo conservado em segredo e realizado pelas altas autoridades da magistratura.

Reproduzimos aqui dois documentos emanados de pessoas com intervenção nesse processo. Declarações notó-

rias, feitas em papel selado e autenticadas pelo tabelião. Documentos em que se acusa um Juiz de gatuno, documentos já então muito conhecidos do Conselho Judiciário, e que não impediam o mesmo juiz de ser julgador.

UM JUIZ ACUSADO DE LADRAO

DECLARAÇÃO — Eu, José de Assis Laranjeira, morador na rua de São Dinis, 817, na cidade do Porto, declaro, para os devidos efeitos, que durante o tempo que residi no Pinhão, freguesia da comarca de Alljô (1933 a 1942) conheci o então juiz da Comarca, sr. dr. António Julio Crispiniano de Lacerda, com quem mantive relações de muita amizade. Em dada altura (1940-1941) fui convidado por aquele Senhor para, em sociedade, fazermos negócios de volfrâmio com a firma alemã, Sociedade Mineira Lisbonense. Acedi ao seu convite e, de facto, realizámos alguns negócios com aquela empresa mineira, tendo eu concorrido, pela minha parte, com todas as disponibilidades que possuía, no montante de cerca de trezentos mil escudos. No final dos negócios, que foram bastante lucrativos, aquele Senhor dr. Crispiniano de Lacerda foi protelando, de dia para dia, o apuramento das contas comigo e nunca as mesmas foram apuradas e liquidadas até ao dia de hoje. Por tal motivo tentei propor uma acção cível contra aquele Senhor, tendo até, para o efeito passado procuração ao distinto advogado Ermo. Sr. Dr. Angelo Cesar. Reconhecendo porém que não tinha recursos financeiros (ficaram todos na posse do sr. dr. dr. Crispiniano de Lacerda) desisti de o acionar e fiz então, por minha própria iniciativa, uma exposição dos factos ao Douto Conselho Superior Judiciário. Desta Entidade nunca obtive qualquer resposta. Numa acção de divórcio que intentei (1945) contra minha ex-mulher referi-me também aos factos acima referidos respeitando ao prejuizo que me ocasionou o sr. dr. Lacerda. Vendo tal acção a um juiz, o Douto Tribunal do Porto comunicou-a, por sua vez, ao Conselho Superior Judiciário e, como consequência, fui notificado para comparecer no

(Conclui na 2.ª pág.)

Morreu o dr. Domingos Pereira

Antigo Presidente do Conselho de Portugal

Causou a maior consternação em todos os círculos democratas a morte do Dr. Domingos Pereira ocorrida no Porto no passado dia 27 de Outubro. Antigo Presidente do Conselho e da Camara dos Deputados do nosso país republicano íntegro e incorruptível, que até os derradeiros momentos de sua vida manteve aquele aprumo e aquela dignidade que são apanagem dos grandes homens, o dr. Domingos Pereira contava 74 anos de idade, incompletos. Politico de grande prestigio moral foi Presidente da Camara Municipal de Braga, deputado à Assembleia Constituinte em 1911 e, depois em varias legislaturas. Ascendeu ainda aos lugares de Presidente do Ministerio, Ministro da Instrução, do Interior, dos Negocios Estrangeiros



DR. DOMINGOS PEREIRA

ros e das Colonias, tendo revelado sempre nestes cargos as mais altas qualidades de dignidade e isenção.

Durante os trinta anos de Estado Novo o dr. Domingos Pereira manteve sempre uma

(Conclui na 2.ª pág.)

Novo Julgamento Politico em Portugal

Realiza-se no Porto, no dia 19 do corrente mes de Dezembro, o julgamento do escritor e professor dr. Oscar Lopes e de mais 51 incriminados, acusados de actividades subversivas.

MEASURAS DE SEGURANÇA, MESMO EM CASO DE ABSOLVIÇÃO

Prova em 1955, sem acusação concreta, o dr. Oscar Lopes cumpriu alguns meses de cadeia, na cidade do Porto e foi depois posto em liberdade, esperando julgamento. O processo em que presentemente se acha incriminado é o primeiro de uma série de três que aguardavam julgamento há muito tempo, precisamente por falta de bases para a acusação. Entretanto, o governo de Salazar promulgou um decreto, em 12 de Março do corrente ano, estabelecendo a possibilidade da applicação de medidas de segurança, mesmo em caso de absolvição, a qualquer individuo que participe, mesmo inconscientemente, de associações, agremiações ou movimentos considerados subversivos.

Ao abrigo deste decreto iniquo que constitui, segundo julgamos, um precedente unico nos annos judiciais, qual-quer pessoa, mesmo reconhecida inocente pelo tribunal, poderá ser detida por tempo indeterminado pela policia de Salazar. E' esta a pena absurda que pode ser applicada ao dr. Oscar Lopes e aos seus 51 co-acusados se uma acção energica não se exercer, fazendo sentir ao governo do Estado Novo a repulsa da opinião, tanto nacional como internacional, perante mais esta violação da legalidade.

MOVIMENTO INTERNACIONAL DE PROTESTO

Temos conhecimento de que no Brasil, especialmente no Rio e em São Paulo, se acha em organização um movimento de apoio ao dr. Oscar Lo-



DR. OSCAR LOPES

pes, principal acusado. Números intelectuais brasileiros, que conhecem a obra do grande crítico e historiador da literatura que é Oscar Lopes, estão dirigindo ao governo português, em nome pessoal ou no das agremiações culturais a que pertencem, telegramas de protesto contra o julgamento de um escritor, acusado apenas de um delicto de opinião. Também do Chile, Uruguai e Argentina sabemos que foram enviadas mensagens de apoio a Oscar Lopes. No proximo numero Portugal Democratico publicará o texto desses documentos. Por agora, alertamos os nossos leitores e solicitamos-lhes que, por todos os meios ao seu alcance, manifestem a sua solidariedade a um dos criticos que mais tem contribuido para o prestigio da cultura portuguesa, assim como aos seus 51 co-acusados.

Justiça Para os Portugueses

Dentre as reivindicações pleiteadas pela opposição portuguesa duas se destacam, pela importancia que apresentam e pelo caracter mais urgente da sua concretização: a liberdade de imprensa e a anistia aos presos politicos.

Dissertar sobre a prioridade de uma ou outra é tarefa vã: assim o compreendeu o jornal "Republica" de Lisboa que, mais diretamente interessado, como é logico, na extinção da censura, abriu contudo as suas colunas a uma campanha pro-libertação de todos os que cumprem penas politicas no nosso país.

"Portugal Democratico" que já repetidas vezes tem abordado o problema da liberdade de imprensa, publica hoje uma serie de artigos focando, em especial, o panorama da justiça no nosso país. Revelando alguns aspectos da absurda organização repressiva montada pela salazarismo (e mais revelaremos quando recebermos os respectivos elementos) estamos contribuindo para uma melhor estruturação de um pedido de anistia das dezenas de presos politicos que apodrecem em Caxias, em Peniche, no Aljube, na Trafaria, na Penitenciaría, na cadeia do Porto, alguns com as penas já cumpridas, outros em precarias condições de saúde e todos afastados do convívio dos seus, apenas por terem ousado manifestar em voz alta o que todo o povo português murmura.

Desta forma, os nossos leitores poderão ler neste numero um artigo, bem documentado, mostrando o quillate moral do tribunal que julgou o capitão Henrique Galvão, outro, prossequindo a desrição do Campo de Concentração do Tarrafal, outro ainda, que constitui um dilacerante apelo, chegado há dias de Portugal, sobre o tratamento sadico a que vem sendo submetida uma prisioneira politica em Caxias. Publicamos tambem uma nota acerca do julgamento do professor e escritor dr. Oscar Lopes e mais 51 acusados, a realizar no dia 19 do corrente mes de dezembro. Finalmente, abrimos as nossas colunas a um advogado que dissertará, no plano juridico, sobre as medidas de segurança impostas pelo salazarismo.

Esta serie de artigos não pretende encerrar o assunto. O problema da repressão das actividades politicas em Portugal, que é uma chaga aberta na consciencia de todos nós, continuará sempre presente no nosso espirito. Há gente presa, há anos em Portugal por delicto de opinião, há gente sujeita a tratamento vexatorio só por discordar do regime, há gente que já cumpriu a pena imposta pelo tribunal e que continua arbitrariamente a ferros.

E' tarefa premente de todos nós lutar para que cesse tal estado de coisas.



Panorama Moral do Poder Judicial...

(Conclusão da 1.ª pag.)
 presença do distinto juiz sindicante Exmo. Sr. Dr. Corte Real. A este Senhor dr. Juiz relatei de novo as circunstâncias em que fui prejudicado pelo sr. dr. Crispiniano de Lacerda e até o momento presente nunca mais fui chamado nem recebi qualquer indenização. Porto, 25 de Março de 1953 — a) José de Assis Laranjeira. (Firma reconhecida pelo 2.º Cartório Notarial da cidade do Porto).

DECLARAÇÃO — O abaixo assinado declara que por volta de 1941 (não pode precisar o mês por estar no Porto e, se ainda existirem alguns elementos, se encontram na sua casa em Lisboa) residindo no Fundão foi procurado para ir ao escritório do advogado do Fundão, dr. Padre José Mendes Gil (já falecido) e ali lhe apresentaram o sr. dr. Juiz Crispiniano de Lacerda, que se fazia acompanhar por uma criada e que o mesmo Sr. Dr. Juiz e o sr. José Mendes Gil lhe pediram para ceder umas guias para transito de minério, pois o sr. dr. Juiz Lacerda queria transportar uma quantidade de minério para o norte do país e não tinha as guias necessárias. Respondi que as arranjaría por compra, o que de facto sucedeu, tendo-as entregue ao sr. dr. Juiz Lacerda, que prometeu enviar-me o dinheiro logo que chegasse ao seu destino. Como já disse e por isto se ter passado há muito tempo, não posso precisar datas nem números, mas é natural que em minha casa tenha alguns apontamentos sobre este caso. Porto, 27 de Março de 1953. a) Francisco Delgado Franca. (Firma reconhecida pelo 2.º Cartório notarial).

O declarante afirmou mais tarde, aliás, que o juiz Lacerda nunca pagou as guias de transito em referencia, no valor de dez mil escudos. Mas a história continua:

PORTUGAL DEMOCRATICO

Redacção:
 Rua Conselheiro Crispiniano, 379 - 6.º andar
 sala 601 - Fone: 35-5822
 São Paulo-Brasil.
 Director-responsavel:
 Otávio Martins de Moura

EXPEDIENTE:
 Dias uteis: das 9 às 18 hs.
 Sábados: das 8 às 12 horas.

Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o "Portugal Democrático" com verdade e independência. Não dispõe de qualquer subsídio. Sua vida depende de todos os democratas, fundamentalmente brasileiros e portugueses, que desejam vigore em Portugal um regime verdadeiramente democrático. A forma mais imediata de o ajudar, consiste em subscrever uma contribuição mensal, além duma assinatura anual.

Cr\$
 Assin. anual 30,00
 Assin. especial 100,00
 Numero avulso 3,00

Em O Século, 28-1-54, e no Diário do Governo, de 25-1-54, 2.ª serie, n.º 21, Lisboa, encontra-se a seguinte noticia, que reproduzimos tal como vem publicada em O Século: O JUIZ E' SUSPENSO POR 6 MESES...

"O Diário do Governo publicou uma portaria anotada pelo Tribunal de Contas no passado dia 21, segundo a qual ao juiz de 1.ª classe dr. António Júlio Crispiniano de Lacerda, actualmente servindo o cargo de juiz adjunto dos Tribunais Militares e Territoriais de Lisboa, é aplicada a pena de suspensão por 6 meses, nos termos do art. 466, § 6, do Estatuto Judicial, e em cumprimento do Acórdão de 12 de novembro

ultimo, do Conselho Superior Judiciário, em Plenário, com transito em julgado, por virtudes de actos praticados no exercicio do cargo de juiz de direito na comarca de Feira". ...MAS VOLTA A EXERCER O CARGO

Cumpridos os 6 meses da suspensão o juiz acusado de ladrão voltou a funcionar como juiz! Exerceu o cargo na cidade de Setúbal. Salazar quis conservá-lo em exercicio, para dispor dum capanga pronto e eficiente quando novamente lhe seja preciso eliminar os grandes adversários através da farsa judiciária dos julgamentos nos tribunais militares. O juiz acusado de ladrão continua julgando e no seu posto de juiz!

MORREU O DR. DOMINGOS PEREIRA

(Conclusão da 1.ª pag.)
 posição de intransigente combate ao salazarismo. Essa firmeza na luta levou os caluniadores profissionais a soldo do regime a tentarem por todos os meios denegrir a sua figura. Ora este homem, que ocupou os mais altos cargos na Republica, ganhava, ao falecer, apenas tres mil escudos por mes, na Companhia de Seguros "Douro"! Para cobrir asdespesas da longa e pertinaz doença que o vitimou embora os mais distintos medicos portugueses o tratassem desinteressadamente) foi necessario recorrer a uma subscrição entre os republicanos em melhores condições economicas. Quantos servidores de Salazar, por mais mediocres, poderão apresentar um curriculum de tanta abnegação?

O funeral do dr. Domingos Pereira, constituiu uma sentida manifestação de pesar.

De Lisboa foi um grupo de amigos acompanhá-lo à sua Braga sempre estremeçada. O cortejo que desde aquela cidade o seguiu foi imponentissimo: centenas de carros, conduzindo os seus amigos. Em Braga uma enorme multidão o aguardava predominando o elemento popular e muitas senhoras. Era bem um democrata que ali ia, perseguido, pobre e honrado!

A beira do jazigo falaram, comovida e brilhantemente o Coronel Helder Ribeiro, dr. José Domingos dos Santos, e dr. Mem Verdial. Em todos os olhos havia lagrimas de amarga saudade pelo nobre Amigo.

Alguns democratas portugueses radicados no Brasil enviaram ao coronel Helder Ribeiro, amigo e companheiro de lutas do extinto, um telegrama manifestando a sua dor e consternação pela grande perda sofrida pela democracia portuguesa. O telegrama foi assinado por Ricardo Seabra, Moura Pinto,

Jaime Cortezão, Jaime de Moraes, Carneiro Franco, Paulo de Castro, Dores

Gonçalves, Sarmento Pimentel, Alamiro de Andrade e Antonio Amorim.

A CENSURA AO THEATRO PORTUGUÊS

(Conclusão da ultima pag.)

tária, ao mesmo tempo que fazia um inquerito sobre quais das peças não comerciais os estudantes desejariam ver representadas no teatro do Estado. Havia uma lista gizada para tal fim onde, além de varias peças estrangeiras, eram citadas duas portuguesas: Jacob e o Anjo, de José Regio, e os meus Transviados. As matinees foram proibidas e o inquerito não se fez. Pergunto respectivamente, em que situação, perante os poderes constituídos, está aquela minha peça?

Em 1946 ou 1947 representouse, no teatrinho experimental do Salitre, um pequeno acto meu, intitulado O Saudoso Extinto, antes publicado na revista Ver e Creer. A mesma peça pertenceu ao repertorio dum grupo que funcionou na Sociedade Guilherme Cossoul, que, no entanto, algumas vezes teve dificuldades burocraticas em a representar. Há cerca de um ano, fui procurado por representantes dum grupo de Paço d'Arcos que pedia o meu consentimento para levar a mesma peça num espectáculo em beneficio da corporação de bombeiros da localidade. Incluído o acto no programa impresso, soube, à ultima hora, que não tinham conseguido autorização da Censura. No entanto tratava-se de peça com o respectivo "visto", e já representada. Respeitosamente, volto a perguntar: em que situação está, perante a Censura, a minha peça O Saudoso Extinto?

No mesmo teatro do Salitre ensaiou-se, durante três meses, uma peça minha em três quadros, intitulada Maré Alta, à qual o dr. Gino Saviotti deu o melhor do seu saber, e que um critico sabedor como o dr. Jorge de Faria considerou, na leitura que da mesma fiz, que devia ser autorizada. Apesar disso, no fim de três meses de arduo trabalho, soube-se que a Censura lhe apusera o seu veto. Pergunto ainda, com o respeito devido: no presente momento estará levantado o embargo à minha peça Maré Alta?

Tenho concorrido com diversos trabalhos aos concursos abertos por um Conselho de Leitura do Teatro Nacional D. Maria II. Nunca soube os resultados. O empresario Robles Montelro, sempre solícito e amigo, nunca me deu explicações satisfatorias. Tenho a impressão de que sou considerado

LEIAM



ORGÃO DOS ANTI-FRANQUISTAS NO BRASIL

Aos Nossos Amigos

Talões de Assinaturas

A todos, sem excepção, a quem confiamos talões de recibos provisórios para recolhimento de assinaturas, se solicita queiram fazer entrega dos respectivos canchotos para efeito de urgente controle e consequen-

te emissão de recibos definitivos.

Falsos Amigos

Avizamos os nossos amigos de que pessoas estranhas ao jornal estão utilizando o seu nome para angariar finanças.

Doravante só deverão ser entregues quaisquer importâncias para o jornal as pessoas devidamente credenciadas e contra recibo assinado por dois administradores

Deficiencias de Distribuição

No sentido de melhorarmos nossos serviços de distribuição apelamos para que todos os assinantes, quer residindo na Capital, no interior do Estado, noutras cidades do Brasil, ou ainda no Exterior, nos comuniquem quaisquer irregularidades na recepção de suas assinaturas.

VIDA...

(Conclusão da ultima pag.)
 o Centro Transmontano pedirá retomar o seu caminho gloriosos e marchar para uma posição de relevo no meio das Associações Beneficentes de São Paulo.

PORTUGUESA DE DESPORTOS

A Associação Portuguesa de Desportos inaugurou, em festividades realizadas em 11 e 15 de novembro passado, a sua praça de desportos. Este acontecimento, cuja alta significação não podemos deixar de realçar, terá, no futuro, os mais profundos e benéficos reflexos na vida do clube que, até àquela data tanto se ressentia da falta de um empreendimento de vulto, na esfera patrimonial.

Diante dessa grata realização, é de esperar-se um crescimento vertiginoso do quadro associativo da Portuguesa, capaz de levá-la, em futuro proximo, a um nivelamento com as maiores associações desportivas do País

UM LIVRO QUE TODOS DEVEM LER

FATIMA

«Historia de um Grande Embuste»
 De TOMAZ DA FONSECA
 LIVRARIA CULTURA NACIONAL LTDA.
 Rua Quintino Bocaiuva, 71 - 11.º andar
 Sala 1.101 — Fone 32-5223

OPINIÕES INSUSPEITAS

Por JOÃO SARMENTO PIMENTEL

É como Ferreira de Castro, também eu tendo que ao falar sobre o patriotismo se sobre põe sempre, no meu espírito, uma causa mais forte, uma razão maior: a da Grei.

Ora a nossa Grei, na sua maioria quase absoluta, tem sido abandonada, desprezada pelo Governo de Salazar. Só os ricos, é que contam para os benefícios que o progresso lento e retardado proporciona ao nosso país. O povo, como demonstram os depoimentos aqui publicados, não foi ouvido nem chamada para opinar sobre os problemas de seu interesse.

As próprias leis que a pseudo Assembleia Nacional votou e o Presidente da República sanciona altera-as ou anula-as Salazar com um simples decreto. Assim fez, por exemplo, quando da anistia de 1956 em que determinou, arbitrariamente, quais os vencimentos de cada um dos funcionários públicos reintegrados, civis e militares, fazendo depender das posses das esposas o ordenado dos maridos! Esse critério salazarista creio bem que é único no mundo inteiro. Nenhuma lei de alcance social foi promulgada para garantir o povo espoliado pela ganancia burguesa egoísta, cruel, plutocrata, um mínimo de horas de trabalho compensador. Nenhum decreto veio até hoje restringir os lucros astronômicos das empresas que constituem os frustes das utilidades e subsistência, dos latifundiários, da banca. Nenhuma proteção ao emigrante ou qualquer prova de atenção e de carinho para as colônias sem bandeira. Nenhuma possibilidade de queixa contra os desmandos das autoridades e a prepotência dos poderosos, porque a imprensa vive sob um regime de censura atroz e o poder judicial sem acima de si o poder mais alto do ditador. A pobreza degradante à beira das estradas, onde crianças famélicas, sujas, rotas, descalças, se ajoelham e de mãos postas, imploram esmola aos ocupantes de automóveis e ônibus que, em romaria festiva, se dirigem a Fátima, às pousadas, às termas, às praias.

E nas cidades, como no Porto, a segunda do país, "alguns pobres com aspecto físico conflagrador, encostados aos pas-

seios, mostram um cartão da Assistência aos Tuberculosos o qual certifica que o referido doente, com pleno conhecimento das autoridades, é portador de tal doença. Na rua dos Bragas, perto da Faculdade de Engenharia, é frequente ver-se um assim e ainda noutros locais da cidade."

Transcrevo uma informação do jornal O Comércio do Porto de 2 de Outubro próximo passado e que foi dada ao grande jornal conservador por um portuense há alguns anos ausente da terra natal e que agora foi ali matar saudades e certificar-se das maravilhas do Estado Novo.

"Mas há ordem e paz em Portugal" dizem os patriotas, reinóis, quando alguns de nós outros, cujo patriotismo é tão diferente e as credenciais do mesmo são bem mais valiosas, protesta indignado contra a ditadura salazarista. Ordem, sim senhores, que nos havemos de comparar a de um rebanho de carneiros, receosos do cajado e das lapadas do pastor, mais da vigilância dos podengos da serra, neste caso da PIDE.

Paz, como aquela de Varsóvia, que o Oзар anunciava urbi et orbi no início do século e o SNI em comunicados pagos trombetais hoje pela Imprensa estrangeira. No fundo da população metropolitana uma inquietação ameaçadora que a miséria generalizada tornará desespero. Na realidade uma verdadeira ocupação militar impõe obediência, silêncio.

— Olhe as quedas da água e as centrais electricas que o governo inaugurou!

Primeiramente devo esclarecer que esse progresso fora reclamado por mim, por Ezequiel de Campos e outros republicanos antes dos fascistas serem senhores absolutos da administração pública. Que estudos foram feitos, projectos elaborados no sentido das usinas hidro-eléctricas atenderem os interesses e as necessidades de Portugal, não de grupos financeiros que, como hoje os monopolizam.

Depois, convenhamos que Salazar levou 25 anos para que o sistema Cavado-Rabagão se iniciasse, trinta anos o Zezere e o Douro Internacional, tudo isto quando outras fontes de energia se apresentam ao mundo. E finalmente há que notar o preço escorçante dessa electricidade que direi política pois ela só é lucrativa para os magnatas da industria e o povo a adquirir tabelada, muito acima do custo real e para uma amortização a curto prazo dos in-

strumentos de um capitalismo usurário.

Deixo em branca nuvem uma questão tecnica de prioridade na execução dos programas hidro-eléctricos, onde se provava que o governo não obedeceu aos altos interesses nacionais, mas aos seus de propaganza politica e aqueles que os seus apañiguados, que são os do lucro industrial e dividendos polpidos. Deixo também sem menção detalhada as reclamações das municipalidades contra as taxas impostas à população, como ainda há dias era feita a da Camara de Bragança, pois que o problema a focalizar visa a extorsão generalizada e ela topa todos os setores da economia popular: alimentação, tecto, vestuário, trabalho, liberdade. Onde uma lei de Regras e divisões dos latifundios e reguengos para uma Republica de pequenos e médios proprietários? Será por acaso exagero igualitário reclamar a posse de umas geiras de terra para cada lavrador colher com o suor do seu rosto os frutos que elas derem e o Governo proporcionar às cooperativas agricolas a pagamento moderno que facilita e aumenta a produção? Ou pretendemos, com mentalidade mediavel, manter o sistema de classes: a dos senhores feudais e dos servos da gleba? Onde uma assistência que diminua o índice sempre em alta de tuberculosos, de sub-alimentados, de párias, de desabrigados, cheios de todas as doenças físicas e morais?

Afinal, este Governo cuidou de tudo menos do bem do povo e dos seus direitos. Ora um e outros é que constituem o interesse maior de todo aquele que se diz patriota e que se orgulha de ser português, se proclama cristão.

A Pátria é a Grei independente e feliz. Nunca uma turma aventureira e gozadora, sem coração e sem amor do proximo que, com o poder do dinheiro e da força escraviza os seus irmãos.

PRISÃO PERPETUA E MEDIDAS DE SEGURANÇA

Dr. Raimundo Ferreira de ARAUJO

De acordo com informes que temos, em Portugal, ultimamente, tem sendo aplicada prisão perpetua, sob a máscara de medidas de segurança.

Temos conhecimento que alguns cidadãos portugueses, que teriam praticado infrações contra a ordem politica e social, encontram-se presos, apesar de haverem, há alguns, anos, cumprido ou descontado as penas a que foram condenados pelos Tribunais respectivos.

Entre tais condenados politicos, contam-se por exemplo os srs Alvaro Cunhal e Francisco Miguel. Depois de terminarem suas penas, continuaram encarcerados, sob a alegação de que lhes foram applicadas «medidas de segurança».

Em ultima analise, as autoridades portuguesas estão applicando aos presos politicos, ou melhor, aos adversarios do atual regime, prisão perpetua, embora sob o nome pomposo de «medidas de segurança».

Bem sabemos que este instituto do Direito Penal moderno, que tem o nome de «medidas de segurança», foi instituido para que os elementos que demonstrem grande perigo para a vida social, em virtude da pratica de varios crimes ou em consequencia de desenvolvimento mental incompleto, fossem, temporariamente, afastados do convívio da sociedade, para a propria defesa desta. Como indica a propria origem do instituto, este será applicado a elementos que demonstrem periculosidade ou que sejam doentes mentais. No ultimo caso, têm as medidas de segurança justa applicação, pois não é possível que se permita que um doente mental ameace a paz da sociedade, sem que possa inclusive, ser responsabilizado por seus atos, pois que é inimputavel, isto é, não pode ser punido com a applicação de qualquer pena, mesmo que pratique o mais terrível dos crimes.

No primeiro caso, porem, para a applicação das medidas de segurança é preciso que sejam satisfeitas determinadas exigencias, para que não haja violação de direitos individuais. As medidas de segurança, no caso de periculosidade, são combatidas, muitas vezes, por isto que, não sendo applicadas com honestidade pelas autoridades competentes, constituem uma serio ameaça a todos os cidadãos. Para cumprir determinações superiores, pode, muito bem, determinado cidadão ser considerado perigoso e permanecer, indefinidamente, preso, como vem acontecendo em Portugal.

Ora, sendo a prisão perpetua proibida pela legislação portuguesa (artigo 8.º, parágrafo 11 da atual Constituição), não é possível que cidadãos, processados e condenados por delitos politicos, permaneçam, indefinidamente, presos, após o cumprimento das respectivas penas.

Por outro lado, não poderiam as autoridades portuguesas applicar medidas de segurança em cidadãos condenados apenas por delitos politicos — Estes não são, em consequencia, perigosos, no senti-

do real do termo, na ciencia penal.

O professor José Carlos de Ataliba Nogueira, Catedrático da velha Faculdade de Direito de São Paulo, definindo o que seja medida de segurança, com muita precisão, afirma, em sua testada obra «Medidas de Segurança»:

«A medida de segurança é uma providencia do poder politico para evitar que determinada pessoa, que cometeu crime, e se revela perigosa, venha a reincidir. Mediante a aludida cautela, o Estado ficará tranquillo, quanto a este fundado receio, pois é afastado o risco, com a redução da pessoa perigosa ao estado de não poder fazer mal» (pag. 87).

Examinando-se a definição do illustado professor da Faculdade Paulista, chega-se, com muita facilidade, à conclusão de que, em delitos politicos, a applicação de qualquer medida de segurança, constitui um absurdo, para não dizer uma excessiva violencia judiciaria.

Não há, sequer, até hoje, uma definição do que seja «delito politico», chegando mesmo Carrara, o grande penalista peninsular, a afirmar, categoricamente, que «si vacilla nel definire nel medesimo il criterio, costituente la colpevolezza a fronte di quel perpetuo conflitto dela affezione di uno stato giuridico da un lato e dela veduta del bene della patria dall'altro lato, che è sempre la meta assunta come bandiera da tutti i partiti nelle lote civili» (Programa, § 3923).

Ora, se não há, até hoje, nem mesmo uma definição para o delito politico, como considerar-se em estado perigoso um cidadão que praticou um ato contrario a qualquer regime politico? É possível discordar-se das ideias politicas que eles, por ventura, defendam e preguem. Mas, não pensarão eles, como afirma Carrara, que, com suas ideias e doutrinas, não estejam desejando o bem-estar da Patria e do povo de Portugal?

Portanto, do ponto-de-vista estritamente juridico, a prisão de cidadãos portugueses, por tempo indeterminado, com applicação de medidas de segurança detentiva não encontra nenhum apoio legal, pelos motivos seguintes:

- a) — não há prisão perpetua em Portugal, conforme reza a sua Constituição;
- b) — não podem ser considerados perigosos os cidadãos acusados de pratica de crime politico.

Como brasileiro e advogado criminal, como admirador da terra de Eça e de Quental, de Alexandre Herculano e Oliveira Martins, de Antonio Vieira e Manuel Bernardes, não posso deixar de protestar contra estas violencias praticadas contra cidadãos que, em seu ver, só desejaram a grandeza do país de D. Denis.

É preciso que o povo brasileiro, politicos, intelectuais, artistas, sem importar a sua condição partidaria ou religiosa, a sua ideologia ou a sua concepção acerca do destino do mundo, tudo façam pela liberdade dos condenados politicos, em Portugal, sobretudo dos que já descontaram as suas penas.

Empresa Grafica CARIOCA S/A.

Confecção de livros — Impressos comerciais — Duração — Encadernação — Arte grafica em geral

ORGANIZAÇÃO MODERNA A SERVIÇO DO COMERCIO, DA INDUSTRIA E DA CULTURA

Rua Brigadeiro Galvão, 225-235

Fone: 52-3319 — S. PAULO

LEIAM
E ASSINEM
"Por" val
Democrático"

TRIBUNA dos Leitores

CULTURA PORTUGUESA

Por ARMANDO GOMES DE BASTOS

Abrimos hoje, com o artigo CULTURA PORTUGUESA da autoria de Armando Gomes de Bastos, de Belo Horizonte, uma secção "Tribuna Dos Leitores" que desde o primeiro numero se encontra no nosso espirito. Aqui publicaremos, portanto, a colaboração que os nossos leitores nos enviarem à qual impomos apenas um criterio selectivo: servir, com verdade e independencia, a causa democratica portuguesa.

Não resta duvida que o distico presentemente mais propagandeado pelo governo salazarista é "Cultura Portuguesa". Salazar tem a certeza de que é o maior inimigo da Cultura que Portugal já teve. Essa certeza e o pavor de saber o seu nome estigmatizado, mul justamente, pela História, como o mais cruel adversario da Cultura, levou-o, não à modificação da orientação seguida há trinta anos, mas à desesperada e pueril tentativa de justificação quando afirmou no seu discurso de Janeiro do corrente ano: "A mim ser-me-la particularmente doloroso verificar ter contribuido, embora na defesa de interesses igualmente sagrados, para um eclipse — ainda que passageiro — da intelligencia portuguesa". Completou tão futil como hipocrita justificação com a exposição de trinta anos de cultura, onde estão expostas as obras publicadas durante um dos mais sombrios periodos da Historia Portuguesa.

É claro que a sua justificação só tem valor — e bem fra-

gil — para se convencer a si proprio e seus colaboradores de que não seriam tão maus como os seus actos irrefragavelmente o demonstram, ou convencer da sua sinceridade, da sua franqueza, sentimentos impossiveis em regime de mistificação alguém do exterior que desconheça as reais e miserias circunstancias criadas aos intelectuais portugueses, porquanto no país ninguém o acredita, e disso não tem ele qualquer duvida, pois todos têm sentido e sentem a sua nefasta presença, a sua malefica acção, impedindo com as três diabolicas armas que forjou — S.N.I., Censura e P.I.D.E. — a livre expressão do pensamento.

Não é com discursos tartuficamente sentimentalistas, lacrimajantes que se prova o amor pela Cultura. Muito menos ainda com exposições de obras que nada lhe devem, a não ser em dificuldades, inquietações e tormentos que impôs aos seus autores.

Talvez que um dia se possa fazer uma exposição que mostre

ao mundo quanto foram heróicos os intelectuais portugueses — sábios, escritores e artistas — neste negregado periodo de trinta anos de tirania. Por agora, porém, e para que os portugueses residentes no Brasil há mais de vinte ou trinta anos, possam ter uma ténue ideia do que vai por Portugal no dominio da Cultura, passarei a enumerar alguns dos muitos atentados do salazarismo à Cultura Portuguesa.

Pondo de lado a Censura, verdadeira bomba de hidrogenio em qualquer Cultura, que tudo pulveriza, o S.N.I. e a P.I.D.E. desejo lembrar a todos os portugueses o inominavel atentado à Cultura portuguesa perpetrado pelo salazarismo que por intermédio do seu ministro de Educação, Carneiro Pacheco, que fechou as Escolas Normais, escolas onde se formavam os professores de instrução primaria, mantendo-as encerradas por alguns anos. O resultado foi a insuficiencia de professores, sendo necessario, mais tarde, improvisá-los entre a classe estudantil. Seria ainda um serviço à Cultura nacional acabar com a quinta classe de instrução primaria e manter a quarta classe só para as crianças cujos pais desejem que as mesmas sigam algum curso secundario, como resolveu fazer Salazar? Não reduziu, assim, praticamente, o curso primario para três anos, quando antes era de cinco?

E a exoneração de inumeros professores, de todos os graus de ensino, só porque se recusaram a assinar a declaração de que não pertenciam à Maçonaria, teria sido tambem uma contribuição à Cultura?

Que serviço à Cultura foi esse de proibir a publicação do notável semanario "O Diabo" e da prestigiosa revista do Porto "O Pensamento"? Seria ainda um serviço à Cultura Portuguesa a proibição do vibrante semanario "O Sol", logo após o falecimento do seu illustre director, coronel Lelo Portela? E ultimamente a proibição do grande jornal literario "Ler" certamente foi motivada tambem pelo grande amor de Salazar à Cultura Portuguesa... O seu grande interesse pela Cultura leva-o ainda a negar licença para a publicação de novos jornais e revistas.

A sua intolerancia é de tal monta que o levou a demitir notaveis professores universitarios, tais como Dr. Abel Salazar, Dr. Bento Jesus Caraça, Dr. Azevedo Gomes, Dr. Rui Luis Gomes, etc.. No entanto para Salazar deve ter sido mais um estupendo acto meritório à Cultura... Triste concepção a do salazarismo que tudo vai invertendo.

Sobre o seu amor pelos assuntos culturais poderão falar, pelo trabalho que esse amor lhes tem dado, Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Alves Redol, António Sérgio, Fernando Namora, José Régio, Cassals Montelero, Maria Lamas, Maria Archer, Rodrigues Lapa, João Pedro de Andrade, Jullo Pomar, Fernando Lopes Graça, etc., etc.. Os seus depoimentos não deixariam de ser interessantissimos. Uns com livros apreendidos, outros com manuscritos mutilados pela censura ou peças proibidas de serem representadas ou ainda composições musicais impedidas

de serem executadas, ou trabalhos pictóricos inutilizados, como foi o caso de Jullo Pomar, no Cine Batalha, do Porto, onde alguns dos seus afrescos tiveram de ser picados.

Não é tambem o seu interesse pela Cultura que o leva, por intermédio da P.I.D.E., a perseguir os componentes — directores e sócios — das Bibliotecas volantes, roubando-lhes, este é o termo, de vez em quando, algumas centenas de livros.

Infelizmente para o povo português a sua Cultura não interessa ao governo, muito embora este simule um interesse que os factos indubitavelmente desmentem.

Nada existe de benéfico para a Cultura Portuguesa no regime salazarista. A Cultura nacional nada lhe deve. O que se conseguiu em Portugal, apesar da feroz opposição do governo, a despeito das miserias condições por ele criadas, deve-se à tenacidade, ao heroísmo do povo português e particularmente dos intelectuais.

Salazar bem sabe disso e impotente para aniquillar completamente as manifestações dos intelectuais e artistas portugueses, como era de seu desejo, e não obstante todo o seu esforço para atingir esse objectivo, hipocritamente se vem então apresentar como impulsor e protector da Cultura Portuguesa. É mais um a juntar a tantos outros dos seus embustes...

Os trinta anos de governo salazarista nada mais foram do que trinta anos de atentados à Cultura, trinta anos de continuas e virulentas investidas contra as ciências, artes e letras. Esta é, infelizmente, a dura e triste realidade.

EXPRESSO "RING"

Transportes ultra rapido de encomendas, bagagens, etc.

DOMICILIO A DOMICILIO



SÃO PAULO:
Rua Joaquim Carlos N.º 1175
Fones - Esc. 9-9988 - Exped. 9-7444

RIO DE JANEIRO:
R. Barão de S. Felix, 94 - 1/4
Telefone: 43-7751

O TARRAFAL POR QUEM LÁ ESTEVE

Vou descrever-lhe, agora, além de outros, dois sistemas de vexações morais e físicos que nos eram impostos, aos deportados políticos encerrados no Tarrafal, pelos sequazes de Salazar. Eram eles o Círculo de arames farpados e a Frigideira.

O CÍRCULO DE ARAMES FARPADOS

Façamos, pois, a descrição desta receita fascista inventada por um capitão doído e aprovada por um médico assassino, a qual fora idealizada com o fim de nos converter, Fraca maneira de fazer proselitismo! Como se com espinhos se pudesse fazer carícias a quem não tem espinha de borraçal!...

O círculo de arames farpados era o seguinte: Da parte de fora do Campo fora construída uma sebe circular de arame farpado com dois metros de altura por dois de espessura. No centro ficava um pequeno círculo de três metros de diâmetro para enjaular o "leão". A

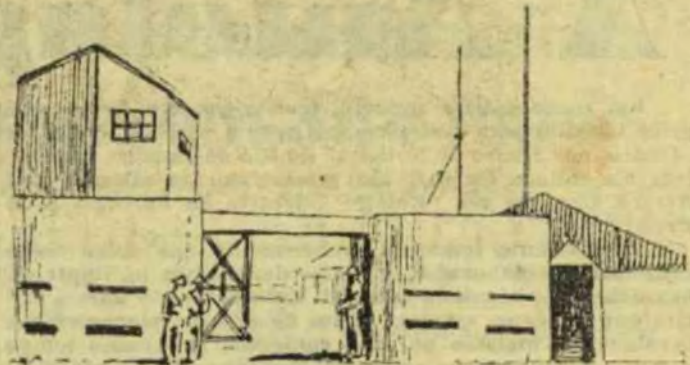
Por DÓRIA MENDES

entrada era feita por uma pequena porta aberta no emaranhado dos espinhos e que, depois, era fechada a cadeado. A primeira vista, a coisa contada assim, tão aliviada de adjetivos, parece despida de contumácia torturante e vexatória. Mas um dia um "leão" — e ninguém enjaula um mosquito — foi apanhado em falta, roubou uns paus para fazer ferver, às ocultas da gendarmaria fascista, uma pouca de água para dar de beber a um companheiro que estava doente. Este companheiro doente chamava-se Caldeira, que faleceu. O "leão" era o Rato... o camarada Rato. O pobre do Rato é agarrado pela matilha dos guardas brancos e, qual leão, é enjaulado naquele círculo de arames farpados e sem chapéu, sob os ardentes raios solares, durante o dia, e, de noite, arrefecido pela cacimba mortífera. Da parte de fora es-

preitando o rato e à volta do redondel de arames fora posto um gato negro... digo, um guarda negro, o qual era substituído de duas em duas horas. Eram dez horas da manhã quando o Rato ali fora encerrado. Quando veio a noite o re-preso, já cansado de estar em pé e com a cabeça em brasa pelo sol africano, deita-se sobre a terra mater, apenas enrolado no seu casaco de caqui. A noite foi terrível, de fria e de húmida, como o são muitas das noites de África. De manhã o Rato jazia por terra, tremendo de frio e escaldando de febre. Como os carcereiros estavam contentes...! Como eles gosavam o espectáculo do Rato deitado por terra! O sol, já bem alto no horizonte, escaldante, apenas conseguiu reanimar um pouco aquele martir. A comida que lhe levaram já não a comeu. Apenas a água o satisfazia. E outra noite veio. De manhã lá estava o Rato abatido sobre a terra e todo encharcado pela cacimba da noite, que o sol logo ressecava. Foi nessa altura que interveio um homem — o capitão Pompílio — chefe da guarda negra que nos guardava. A sua revolta contra aqueles processos impostos por um colega seu foi tanta que mandou abrir o cadeado a coronhadas e retirar de lá o preso, quase moribundo. Acto contínuo ordenou ao seus soldados que arrancassem dali o círculo de arame farpado, o que se fez depois de grande briga contra o capitão director do Campo e o médico. E o "círculo" acabou... mas... pouco depois, nasceu a Frigideira, de mais larga história.

A FRIGIDEIRA

A Frigideira como nós a batizamos, e com cujo nome passou à história, é um marco a acusar perpetuamente os fascistas, perdutores na invenção de maus tratos contra aqueles que eles não são capazes de igualar, por falta de tudo, e mais de quillate moral. A Frigideira é uma caixa rectangular de cimento armado com seis metros de comprimento, dois de largura e dois de altura. As paredes têm oito centímetros de espessura. Esta caixa é dividida ao meio por uma parede, a qual divide a Frigideira em duas frigideirinhas. As entradas para estes cubículos são feitas através de uma porta de ferro, a qual é fechada por fora a cadeado. Cada porta tem dezoito furos de vinte milímetros cada, por onde entra algum ar. O chão tal como as paredes e o teto são de cimento e muito pouco alisado pelo estratega que os mandou fazer. Era ali para dentro que eram atirados os presos que, no entender dos guardas brancos, que andavam sempre inventando "serviços" não cumpriam o seu dever. E castigar um preso era um bom serviço que os guardas brancos executavam para influenciar a sua folha de "bons serviços"



ENTRADA DO CAMPO DO TARRAFAL

prestados à Patria. E então era quem mais podia inventar castigos e repressões de toda a ordem. E foi mercê deste zelo fascista que a "Frigideira", durante a época das efemeras victórias dos anti-cristãos exercidos nazi-fascistas, se manteve sempre habitada. Para a Frigideira os camaradas iam sem botas, (podiam estas servir de travessero) sem cinto e sem agasalho para as noites que, ali, sempre são frias. A comida era a seguinte: Um dia pão e água, no outro um prato de bazofia igual à que tínhamos no Acampamento. De dia o sol fritava-nos dentro daquelas paredes asperas. De noite tiritava-se de frio. Poucos eram os companheiros que aguentavam até o fim o período de castigo que nunca era inferior a quinze dias. Depois de se esgotarem as ultimas resistencias físicas, então lá ia o medico-assassino certificar-se da verdade, para mandar recolher o doente à enfermaria.

Devo salientar que nunca houve um preso, encerrado na "Frigideira" que, doente, pedisse o medico para o ver. Este ia à "Frigideira" recomendado pelos alarves... pelos alarmes dos guardas brancos quando lá iam levar a comida ou a agua. O cortejo dos presos doentes saindo da "Frigideira" e a caminho da enfermaria era um espectáculo "bonito" de ser visto. Os doentes dali só saiam amparados: uns arrastando os pés; outros, às costas dos seus companheiros. Essa visão aquilatava bem da moral daqueles desalmados carcereiros brancos, destituídos de sentimentos cristãos... mas, note-se, uma coisa todos eles carregavam, ao pescoço, muitos santinhos. Os camaradas que aguentavam o castigo até o fim saíam dali, mais ou menos arrastando-se, mas saíam de pé e de cabeça erguida para mais raiva dos carcereiros. Pode dizer-se que a "Frigideira" liquidou quase todos os companheiros que nela estiveram encerrados. Uma coisa que distraía os companheiros fechados na "Frigideira" era os corvos. Oh! bicharia danada! Negros, bem negros e com uns bicos que nem picaretas. Espertos, sempre. Quando algum, ou alguns camaradas estavam ali sendo fritos, à volta da "Frigideira" e por cima desta pairavam centenas de corvos. Era um espectáculo tétrico, mas que também dava vontade de rir. Os corvos estavam todos quietinhos por ali à volta... e quando por uma daqueles buracos da porta da "Frigideira" era atirado para o exterior um pedacito de pão, os corvos grassando terrivelmente, caíam sobre o pão e não se via mais nada

da do que um monte de corvos debatendo-se loucamente pela vida. Esta cena repetia-se constantemente... o que tornava a vida na "Frigideira" mais divertida... mas que bastante danificava o sistema hepático dos carcereiros, que não gostavam nada de nos ver brincar.

Isto se passava ali, naquele rincão do mundo... enquanto nos campos de batalha, em terra, no ar e no mar o anti-fascismo mantinha uma luta de vida ou de morte contra o nazifascismo, no qual o salazarismo se amparava.

Falemos agora um pouco de algumas das direcções do Campo de Concentração do Tarrafal.

O CAPITÃO MANUEL DOS ARAMES

O primeiro director que, oficialmente tomou a direcção do Tarrafal foi o capitão Manuel dos Reis. Este louco à solta era conhecido entre os deportados pelo apelido de o "Manuel dos Arames", pois foi ele o inventor de tudo quanto era arames dentro do campo... inclusive do "círculo de arames farpados". Entre os pretos era conhecido por "o capitão malagueta". Gritavam os pretos uns para os outros ao vê-lo: — "Lá vem o malagueta... lá vem o malagueta...". E era ver quem mais podia pôr as suas coisas a salvo. A alcunha de "o malagueta" derivava da existencia, em tempos já passados, dum negro que se entretinha roubando de noite. De dia mantinha-se escondido nas Serras da Ilha, em lugares de difícil acesso. Pois esse celebre capitão era o mesmo. Os deportados eram umas verdadeiras victimas neste particular. Tudo quanto recebiam das familias, que lhe agradasse, ele "gamava". O dinheiro que os presos recebiam, com a alegação que era do Socorro Vermelho, o ladrão apossava-se dele. Não valiam protestos. Foram tantos os escandalos que durante um ano praticou, que a direcção da policia politica, desde Lisboa, manda regressar o "heroi" ao continente. Aquele abutre tornou-se, entre toda a gente, tão impopular que resolveram manda-lo voltar. Quando de lá saiu ia cheio que nem um ovo... e isso é que interessa a esses patrioteiros. Mas com a substituição desse bicho nós em nada melhoramos. Senão, vejamos...

(CONTINUA)

de trás das grades

A propaganda bem orquestrada de Salazar tem conseguido criar, em certos círculos estrangeiros, uma falsa reputação de respeito pela dignidade humana. E' comum encontrarmos brasileiros que, reconhecendo embora os efeitos nefastos do salazarismo sobre a cultura portuguesa, lhe concedem assim mesmo um credito de realizações materiais efectuadas sem necessidade de violencias sobre os adversarios politicos. Ora esta imagem do salazarismo é altamente enganadora: periodicamente chegam até nós testemunhos angustiosos sobre os vexames a que são submetidos os presos politicos em Portugal. Não se trata já (como no caso do Tarrafal) de violencias exercidas no passado e de que o salazarismo possa hoje penitenciar-se falsamente. Trata-se de factos ocorridos presentemente. Assim, passaremos a publicar, com regularidade, os apelos que nos chegam às mãos daqueles que, no nosso pais, se encontram "de trás das grades".

UMA MULHER LENTAMENTE ASSASSINADA

Numa das celas do Forte de Caxias, transformado em prisão politica pelo Estado Novo, está sendo lentamente assassinada Georgette Ferreira, presa em 27 de Dezembro de 1954. Debilitada por uma enfermidade do figado e uma ulcera do estomago, que a obrigava a uma dieta rigorosa antes de ser presa, Georgette Ferreira foi forçada a comer o intragável rancho da prisão. A assistencia medica que pediu foi-lhe recusada. Em resultado desta desumana atitude sofreu uma hemorragia, que durou trinta e dois dias. Durante este transe nem lhe foi fornecido algodão, nem lhe consentiram que o comprasse. Para estancar a hemorragia teve de servir-se das roupas da cama. Forçada pela amplidão de uma campanha em favor de Georgette Ferreira a FIDE acabou por interna-la num hospital onde, porem, apenas permaneceu uns escassos vinte dias, findos os quais voltou à sua cela de Caxias. Ai por ter protestado contra o abandono a que se encontra

votada, foi castigada com 90 dias de isolamento.

AGRAVA-SE O SEU ESTADO DE SAUDE

Tres meses depois voltaram as hemorragias. Levada, finalmente de novo ao hospital verificaram que, alem dos anteriores padecimentos, ela sofria de uma infecção tuberculosa nos orgãos genitais. A situação desta mulher de 30 anos, ameaçada de morte chocou profundamente os medicos que a observaram e que preconizaram o seu internamento. Assim, mesmo, dez dias depois a Policia ordenou o seu regresso à prisão.

UM APELO ANGUSTIOSO

No momento presente, o seu estado de saude agravou-se ainda mais. Só uma melindrosa operação cirurgica, que a privará de ser mãe, poderá salvá-la. Entretanto, a FIDE continua inflexivel, impedindo que a doente volte ao hospital.

Um regime que assim pratica, de caso pensado, o aniquilamento fisico de uma pessoa, poderá alguma vez falar em respeito pela dignidade humana?

Leiam e Assinem "Portugal Democrático"

A Antologia da Censura

por Thomaz Ribeiro COLAÇO

Em nosso ultimo numero, fizemo-nos eco do recente grito lançado pelo nosso compatriota e escritor Paulo de Castro, no "Diario de Noticias" do Rio de Janeiro, em defesa da cultura lusitana, tão grosseiramente atingida por Alvaro Lins em seu "Roteiro Literario de Portugal e do Brasil".

Fardamente tomamos conhecimento que outro nosso considerado colaborador, já antes denunciara na imprensa brasileira esse atentado cultural. Transcrevendo hoje a critica que se segue, estamos certos de reparar plenamente a involuntaria omissão por nós cometida, ao mesmo tempo que manifestamos o nosso agrado por vermos os intelectuais portugueses no Brasil saírem à liça quando se trata de desagravar a cultura lusitana ofendida.

ASPECTOS PESSOAIS

Em contacto com muitos intelectuais brasileiros, só encontrei um meu camarada: — o antigo crítico pernambucano sr. Alvaro Lins. Enquanto esse colaborador da ditadura salazarista só lhe exercia a censura em relação a mim, não me preocupava, e-me impossível o silêncio quando tal censura se mascarava de antologia e facera a literatura de duas patrias. Tenho de externar a minha indignação quando aquela má conduta, entrando nos domínios do direito, se permite o que vou referir.

Branca de Gonta Colaço foi considerada a maior poetisa do seu tempo. Desmintam-me, se não, Olegario Mariano, Guilherme de Almeida, o embaixador Cardoso de Oliveira. Nem a atual situação se furtou ao dever de dar o nome de Branca de Gonta à rua em que nasceu — Para o sr. Alvaro Lins, era apenas a minha mãe: cortou o seu nome, como se pudesse jogar fora a sua obra.

Thomaz Ribeiro definiu-o Camilo como o primeiro poeta português contemporâneo. Referiu Antonio Candido que ele fora o ultimo poeta português que teve suspensa dos seus versos a alma coletiva da Raça. Na hora crucial das relações luso-brasileiras, e para restá-las, o grande Rei D. Carlos não chamou um politico eminente; pediu a esse poeta envelhecido que viesse representar a sua patria, na outra patria que lhe abria os versos de cor. — Para o sr. Alvaro Lins, era apenas o meu avô; — cortou o seu nome, como se pudesse jogar fora a sua obra.

E' ir longe demais. Força-me a descrever como essa tesoura da Censura começou a exercer num vivo a triste faina que leva agora ao mundo das sepulturas.

Quando cheguei ao Brasil, o sr. Alvaro Lins estava-se afirmando na critica; e tinha nessa fase muito interesse. Assinou alguns rodapés admiráveis, que embora mal escritos e difíceis de ler se impunham pelo poder de análise. Entretanto aconteceu-lhe um fenómeno frequente em quem nasceu com a inteligência orfã de qualquer poder criador; cedo se cansou de cultivar o seu merito — passando a não se cansar de cultivar a sua importância. Deixou de escrever para fazer a sua propaganda do escritor.

Trabalhámos os dois no "Correio". Certa manhã Paulo Bittencourt convocou-nos para a rua Gonçalves Dias, levou-nos para uma mesa da Casa Hime, e disse-nos que dirigissemos o "Suplemento Literario". Fiquei tão aborrecido quanto grato. Não concebo a espelhação. Gosto de admirar. Nunca me entenderia com aquele parecido. Resolvi em mim mesmo bancar o preguiçoso pela primeira vez, e ir-lhe deixando o encargo só a ele. Não custou. Divertiram-me as pobres habilidades com que supunha empalmar astutamente o que deida a primeira hora eu lhe tinha dado.

Foi andando com o "Suplemento". Publicava com grande destaque e frequencia traduções do inglês aliás muito boas, do sr. Abgar Renault. Intrigando-me que publicação literaria brasileira se devotasse tanto à poesia inglesa, perguntei. Explicaram-me que o sr. Abgar Renault ocupava posto

importante num Ministerio, e dele dependia um lugar pretendido pelo sr. Alvaro Lins. Lembrou-me de que ouvi então pela primeira vez o termo "picaretagem", que me pareceu tão pitoresco — pela construção verbal.

Entretanto, creio que depois de uma frustrada tentativa para Caruaru o eleger deputado, vi que o sr. Alvaro Lins se voltava para a ditadura lisboeta como fonte de propagandas vantajosas. Ajudou a inflar o grupo de intelectuais brasileiros que, transitoriamente ludidos, colaboraram numa revista do Secretariado de Propaganda chamada "Atlântico".

E lá se alinhavou um convite do Secretariado para os srs. Augusto Frederico Schmidt e Alvaro Lins irem a Portugal; era retribuição do convite feito a Antonio Ferro anos atrás, para vir aqui.

A "Agir" editara um romance meu. Tristão de Athayde espontaneamente lhe fizera admirável apreciação critica no mesmo volume publicada. Era um romance, mas uma personagem retratava simbolicamente o dr. Salazar e outra moldava traços publicos do sr. Antonio Ferro. Esse livro foi proibido e apreendido em Portugal — onde depois Tristão de Athayde se viu mal acolhido, devido às paginas que me dera.

Tratava-se de obra publicada no Brasil por um escritor português com razão ou sem ela considerado dos mais representativos no momento atual, e ainda por cima comentada pelo maior crítico brasileiro. O sr. Alvaro Lins não ignorava nada disto, e ficou numa sinuca. Se ele proferisse o seu julgamento critico sobre essa obra, que levava o governo português a desesperar-se ao ponto de me recusar passaportes, lá se lhe furava o convite. Mas também não podia ignorar a importância do fato literario; e este fornecia-lhe uma ideia. — coisa de que andava cada vez mais vazio. Como resolveu o seu problema?

Publicou não um e sim dois rodapés sobre o romance e a politica. Simplesmente, transferindo a tesoura da Censura para a sua caneta, então citou nem o meu nome nem o meu livro. Assim se fez docilmente no Brasil o mesmo que a Censura fazia em Lisboa.

Costa Rego, o querido e grande Amigo, morreu bastantes anos depois do caso — e nunca lhe falei nele. Paulo Bittencourt agora o ficará conhecendo. O mesmo acontece a Paulo Filho, a Mario Alves, a Adherson Magalhães, então secretario da Redação. Há essas quatro testemunhas do silêncio em que mantive tantos anos o gosto de um mau camarada, para com um companheiro diario de trabalho. E se hoje quebro tal silencio, é porque essa já antiga perseguição ao meu nome se permite a leucura de ir para um mundo que não é mais só meu.

Conte-se o resto.

Para ir a Lisboa em estado de graça, o sr. Alvaro Lins desejava dizer lá que cortara relações comigo. Não via jeito, ante a sorridente cordialidade com que o tratei sempre. Desatou a perguntar-me uma, duas, dez vezes, se eu achava que ele e o Augusto Frederico Schmidt deveriam aceitar o convite da Propaganda. Disse-lhe sempre que sim. Que fossem. Que vissem como é lindo Portugal. Que procurassem ter contato livre com o seu povo admirável. Uma noite, tornando a ouvir a consulta,

respondi-lhe no tom de blague tantas vezes usado:

— "Não deixem de ir. Devem aceitar o convite. Vocês dois vão ser lá uma transposição epica de Alvarenga e Ranchinho"

Anarrou as feições. Olhou-me com um ar que devia querer ser altivez. Obteve o pretexo. Assim firmaram as nossas relações pessoais. Em completa inocencia, eu ofendera o sr. Alvaro Lins chamando-lhe "transposição epica" — tão gravemente como se lhe tivesse chamado "transposição hipica".

Atribuiu indo, sozinho. E com "importancia" . . . Depois de fazer a censura às noticias sobre a Associação Brasileira de Escritores, por estar brigado com o presidente aliou-se a uma porção de seiteiros que o elegeram. Então as noticias foram graúdas. Com alto sentido associativo, seguiu para Portugal, a convite de Propagandas e Censuras, com um titulo eminentemente respeitavel. Aquelas seiteiras eram os elementos bolchevistas que pouco depois, em memoravel sessão da ABI, deram à Associação o golpe conhecido. Mas na volta o sr. Alvaro Lins cumpriu o que devia; lá apareceu na segunda pagina do jornal um artigo de elogios à ditadura portuguesa, — assinado por um nome completamente desconhecido.

E agora botou Antologia. Diz no prefacio que "aqui só aparecem trechos de autores mortos"; mas mete lá pelo menos três vivos do secretariado. Um aparece à pagina 368 como alta abonação ao valor literario de Carlos Queiroz. Quem é o moço? Serve à Propaganda e à Censura para dócil "diretor" dos jornais a que se deita a mão. E o mesmo que o sr. João Condé instalou há dias na galeria dos escritores portugueses (!!!) em seus Arquivos Implacáveis, contando que gosta de banho quente e tem como maior amigo brasileiro o sr. Alvaro Lins. Os arquivos ainda se tornam mais implacáveis quando são emplacáveis . . .

Por essas vias o sr. Alvaro Lins se assegura em Portugal noticiário "importante". Mas emanará desses pobres "intelectuais" que ninguém toma a serio, porque ocupam as posições que lhes dá a policia, porque são obedientes servidores da Censura, porque são guizos de lata na farsa que se representa ante a consciencia amordaçada de uma nação.

Quanto à intelectualidade portuguesa, quanto às camadas cultas da minha terra, passarão a considerar o autor dessa Antologia como inimigo declarado da literatura que é o orgulho de Portugal. Não poderão permitir, como eu não permito, que dezenas e dezenas de grandes portugueses e brasileiros assim se vejam jogados num cesto de papéis inúteis. A propria colonia portuguesa do Brasil, em todos os seus elementos conscientes, não lhe perdoará que — por ter morrido anti-salazarista — nem o grande Malheiro Dias escapasse a ser jogado fora dessa Antologia da Censura.

O rol dos sacrificados é por demais vasto. Repito que são dezenas e dezenas. Depois eu conto . . .

Movidos para a "antologia" por alvos politico-pessoais, os srs. Aurelio Buarque de Holanda e Alvaro Lins naufragam em anedota logo à terceira linha. A coisa há 10 anos está feita e acabada. Mas teve revisões sucessivas e até modificações no plano inicial. Incluir autores falecidos em 1953 é forma inédita de acabar uma coisa de 1945. Aliás entendia-se que a faina consumisse longos anos; matar dia? Fazamos então a reporta-

gem visional desse espantoso dia.

Encontram-se os dois à esquerda.

— Não tenho leitores Aurelio. — E eu? Só tenho leituras.

Confabulam sobre um modo de desrecalque. Abre-se adiante, fecundo e incerto, o sertão imenso da literatura luso-brasileira. Carregam os petrechos. Alvaro com Aurelio entram pelo sertão.

Na picada dos seculos pisam folhos de louro. Um estrangula Rui de Pina; o outro, D. Sancho de Azurara. Enforcam Duarte Nunes de Leão, Jorge de Montemor e Pedro Nunes. Liquidam Fr. Bernardo da Cruz. Uma pedrada mata Leitão de Andrade e, de ricochete, Ribeiro Chiado. Prostram Andrade Caminha e Antonio Diniz da Cruz e Silva. Esquartejam com mais arranco Faria e Sousa, que ousou precedê-los no ensaio literario. Esfalta-os seu incendio entusiasmo e repousam o incendio sob uma mangueira. Nutrem-se. O festim canibalesco mas vegetariano é um picadinho de Garcia da Orta; como guardanapo, a carta de Vaz de Caminha.

O quebra-quebra está bom. Dilatam o descanso. Na tarde rósea um tiê-sangue risca de vermelho o céu azul. A lua nasce por detrás da verde mata. Aurelio desabafa:

— Vai alta a lua na mansão da morte.

— Citar Soares de Passos?! — acode Alvaro indignado. — Este morrerá.

Vão matá-lo e voltam, para dormir. Dois ensaístas numa esteira só.

A insonia, casta, vem dormir com ambos. Bota um rouxinol a ciclar sobre um ipê: — Meiga lua, os teus segredos, onde os deixaste ficar?

— Alvaro! Esse passaro miseravel se lembra de João de Lemos.

O interpelado pega na garrucha; um tiro suprime poeta e ave. Só a insonia, invulneravel, continua.

Corria branda a noite, Aurelio era sereno. Diz, num murmuro:

— E as mulheres?

Alvaro, que há duas horas só mata mosquitos, decreta, vivo:

— Não me escapa uma.

— Farol . . .

— Vamos matar a todas.

— Já se viu literatura sem mulher? Poupemos uma. Só uma.

Entre quantas enriqueceram a literatura de duas patrias, escolheram a que se suicidou. (Tinha muito talento. Seu condiscipulo na Universidade, sei que erraram o nome à unica mulher da Antologia).

E na grande noite, dois fantasmas trensoltados iniciaram a chacina de nossas irmãs. Paula Vicente e Luiza Sigé caíram logo. Como Pombal matou a Marquesa de Tavora, Alvaro Lins, o Pombal de Caruaru, suprime a Marquesa de Alorna. A seguir, numa epopeia de feminofobia, liquidam todas. Carolina Michaelis baqueta abraçada ao marido. Como não ousaram linchar Camilo, trucidam Ana Plácido. Tereza da Silva, a "mãe" do romance brasileiro, morre abraçada a Guilomar Colaço, Maria da Cunha, Angelina Vidal, Amelia Janny, Adalina Lopes Vieira, Carlota Serpa Pinto, a Condessa de Proença, Olga de Moraes Sarmento, Paulina Costa Macedo, Maria O'Neill, Alice Moderno, Albertina Parai-

zo, Lutgarda de Calres, Cacilda de Castro, Ana de Castro Osorio, Amalia Luazes, Clementina Relvas, Catiel, Zulmira Falcarreira, Martina Reboli, Luiza Grande, Maria Madalena Patricio, Paula de Azevedo, — nenhuma se salva.

Ao fragor desse massacre, sobre as faces de todas as brasileiras e portuguesas um rubor de revolta e ofensa. Esses alucinados ignoram Maria Amalia Vaz de Carvalho?! Não sabem que o Brasil possuía no começo do seculo uma das grandes escritoras latinas ousam fuzilar Julia Lopes de Almeida?!

E de repente, a perfumada multidão começa a rir, a rir. Aquilo é um acesso de loucura hilariante. Aquelles dois nunca receberam uma carta de amor. Da sua gloria universal desabou até Soror Mariana. Que foi que Buarque lhe deu?

Não teriam mais repouso. Capricham na destruição do Teatro Português. Dizem de Garrett que o fundou: eles afundam-no. Com uma bomba, esfalelam glorias como as de D. João da Camara, Marcelino Mesquita, e admira o poeta Fernando Caldeira, Henrique Lopes de Mendonça. Vai-se a obra de Alfredo Cortez. Nada escreveram Bento Mantua, Eduardo Schwalbach, Victoriano Braga, Ricardo Durão, Afonso Galo, Eduardo Garrido, Vasco de Mendonça Alves, Lorjô Tavares, André Brun, Chagas Roquete, Sousa Bastos. Vão-se na voragem criticos como Avelino de Almeida, Araujo Pereira, Augusto de Iacerda. Que pensarão todos os artistas de Portugal, ante essas ruínas desertas a que os condenam?

Trata-se de arrancar agora a Portugal os cumes intelectuais da sua moderna epopeia africana. Serpa Pinto, Capelo e Ivens foram traduzidos em muitas linguas e aclamados em todas as Sociedades de Geografia do mundo? Há paginas imortais de Mousinho de Albuquerque, Aires de Ornelas, Paiva Couceiro ou João de Almeida? — Surgiu quem jogasse tudo isso no lixo.

Também nos fica uma literatura sem memorialistas. Rodrigo Octavio, a Marquesa de Rio Maior, Augusto Rosa, o Conde de Mafra, Adalina Abranches, Antonio Bandeira, Chaby Pinheiro, o Marquês de Lavradio, o Actor Isidoro, João Chagas e quantos mais, jazem entre os imolados pela "antologia".

Correm sus à Eloquência.

José Estevam foi em vão um dos maiores oradores do idioma.

Quem o mandou ser um parlamentar livre? Val para o belicido com Antonio Candido Alpoim, Antonio José de Almeida, Emidio Navarro, Fontes Afonso Costa, Hintze, Andrade Corvo, Moreira de Almeida, Alexandre de Albuquerque, Ricardo Severo, Aires de Gouveia, Sena Freitas, o bispo de Vizeu, Antonio Enes, Ressano Garcia, Cunha e Costa, Alexandre Braga. Mais mortos. Sempre mais.

Investem a erudição, o comentario critico. Poupam um nome valioso? Tem no Brasil parentes próximos; são comunistas, e sempre ajudam. A sãna implacável destrói Julio de Castilho, Gonçalves Viana, Candido de Figueiredo, J. Seabra, Barbosa de Magalhães,

(Conclui na 7.a pag.)

A Investigação Científica e a Atual Situação Política Portuguesa

Há vinte anos a Academia de Ciências de Lisboa criou — graças a uma doação do benemerito Artur Malheiro — um premio destinado a coroar anualmente o melhor trabalho de investigação científica apresentado à Academia. Em anos sucessivos, o premio Artur Malheiro será atribuído ao resultado de pesquisas em ciências matematicas, fisico-quimicas, biologicas, etc.

A criação deste premio constituia um poderoso incentivo junto dos investigadores jovens tanto mais que não havia em Portugal qualquer outro premio destinado a galardoar trabalhos de investigação científica.

Passados vinte anos sobre a criação deste premio ocorre perguntar: — que fazem, onde trabalham os laureados do premio Artur Malheiro da Academia das Ciências de Lisboa?

Um — precisamente o primeiro a receber o galardão, é hoje professor de matematica numa universidade argentina, outro vive há anos em Lourenço Marques impossibilitado de reger a sua cátedra da Universidade de

Coimbra: um terceiro — um dos valores mais positivos da sua geração — é hoje comerciante; dois outros foram obrigados a exilar-se em França para aí poderem prosseguir os seus trabalhos de investigação científica; ainda um outro é professor de matematica numa Universidade dos Estados Unidos da America do Norte e há um finalmente, que aguarda julgamento nas prisões da cidade do Porto!

Pergunta-se: — quantos premiados Artur Malheiro se encontram ainda hoje nas Universidades portuguesas? Os dedos de uma só mão são já em demasia para os contar...

O leitor que julgue se uma situação politica que conduz à inutilização ou a expatriação dos melhores valores universitarios pode ser considerada como servindo os interesses do povo portugues.



Transcorreu um ano, no passado dia 30 de Novembro, sobre a cerimonia solene da entrega do titulo de Doutor Honoris Causa da Universidade de São Paulo ao Professor dr. Fidelino de Figueiredo. PORTUGAL DEMOCRATICO aproveita o ensejo para prestar homenagem a esse grande português que durante a sua permanencia em São Paulo tanto contribuiu para prestigiar a nossa cultura e defender o nosso patrimonio espiritual.

Professor catedrático, durante três lustres, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Professor Fidelino de Figueiredo tornou a cadeira de Literatura Portuguesa uma das mais prestigiadas desta escola. Sucessivas gerações, hoje ocupando lugares de destaque na vida brasileira, tomaram contacto com as nossas coisas através dos ensinamentos ministrados pelo Professor Fidelino de Figueiredo: assim se cimentou, numa obra sólida e séria, a amizade luso-brasileira que só é possível dentro de um conhecimento mutuo, honesto e sincero.

A sólida fibra do Professor Fidelino de Figueiredo, republica-



PROF. FIDELINO DE FIGUEIREDO

no inabalavel e adversario de sempre do regime, imposto ao nosso país permitiu-lhe manter na sua cátedra da Universidade uma independencia de orientação a que nós, democratas portugueses residentes em São Paulo, só podemos estar gratos. Nenhuma mistificação, nenhum canto de sereia do salazarismo conseguiram demovê-lo da linha que traçara. Foi o renome da cultura portuguesa no Brasil quem mais lucrrou com isso.

O seu espirito hoje como sempre, continua aberto a todos os

ventos do espirito: "Os professores - declara no discurso de recepção do grau de Doutor Honoris Causa, - não por seu filho dr. Jorge Fidelino de Figueiredo são inevitavelmente homens e cidadãos de uma época, vivem com os anelos e problemas do seu tempo. E quando esse tempo é tão carregado de angustia sobre os destinos da cultura e sobre as seguranças mínimas da mesma vida humana, então a ciencia pura da Universidade espontaneamente se rodeia de um halo de preocupações e de extensão de pensamento pragmático. Também isso ocorreu naquele microcosmos da cátedra da historia literaria de um pequeno país, ensimesmado na sua pequenez. No labor jornalístico, através da grande e generosa imprensa brasileira, e na livre actividade literaria. Num longo rosario de ensaios a crise contemporânea da civilização, foi um tema obsessivo. E se o metodo de análise foi só a sondagem psicologica, individual e coletiva o diagnóstico também não foi muito variado: sempre denunciou o mortifero divorcio entre a ciencia e a razão moral".

A nossa tarefa, de portugueses e democratas, consiste precisamente em libertar "esse pequeno país, ensimesmado na sua pequenez". Nesse sentido luta também o Professor Fidelino de Figueiredo: na regencia da sua cátedra conseguiu demonstrar, como ele proprio afirma no discurso em referencia: "que era possível militar um conceito de cooperação intelectual ou científica estreme, isto é, puro de perturbadoras adherências oratórias e sentimentos e da autolatria passadista que soem acompanhar formas correntes de intercambio luso-brasileiro. Este dirige a sua atenção preferente para montante do rio da historia, é contemplação e apologia; a pura cooperação científica mergulha-nos na actualidade e, pela elaboração de cultura, control o futuro".

Este rumo, de estudo científico e actual da nossa realidade, é a lição mais profunda que uma democrata conciente pode extrair da obra e da acção do Professor Fidelino de Figueiredo no Brasil.

A ANTOLOGIA DA CENSURA

Conclusão da 6.a pag.)

Sousa Martins, José Maria Rodrigues, Anselmo de Andrade, Clovis Bevilacqua, Basilio Teles, Vieira Natividade, Anselmo Braamcamp, Luz Soriano. Executa ainda José Relvas, Almeida Moreira, Mendes dos Remédios, Guilherme Moreira, Magalhães Colaço, José de Figueiredo, Carlos de Passos, Pinho Leal, Consiglieri Pedrosa, o Visconde de Carnaxide, J. Lucio de Azevedo, José Tavares, o Conde de Nova Goa, e até um dos maiores criticos da lingua, — Raul Proença. Tudo arrasado!

A dupla insaciável solta-se na prosa. Coelho Netto e Pinheiro Chagas, imolados. Logo vão Wenceslau de Moraes, o maior interprete europeu da vida japonesa, e Malheiro Dias, para edificação da colonia portuguesa do Brasil. Não escapam Antero de Figueiredo, Carlos de Laet, Abel Botelho, o Conde de Sabugosa, Teixeira e Sousa, Gaspar Baltar, Trindade Coelho, Egas Moniz e o seu Premio Nobel. Zunem as balas. Tombam Teixeira Gomes, Torres Homem, Albino Forjaz de Sampaio, Urbano de Castro, Ferreira Viana, Cunha Belém, Antonio Patricio, Norberto de Araujo, Rocha Martins, Zuzarte de Mendonça, Justiniano da Rocha, Bernardino Machado, Alfredo Pimenta, Machado Correia, Mariano Pina; Lindolfo Rocha, Afonso Celso, Agostinho de Campos, Fernando de Sousa, Anibal Soares, Lindolfo Cólór, Elbólitto Raposo, Campos Mon-

teiro, João Lage, Urbano Rodrigues, João Costa, Lourenço Caiola, Antonio Cabral, João Luso, Camara Lima, José de Azevedo Castelo Branco, Pires de Lima, Alvaro Pinheiro Chagas, Manuel Penteado, Severim de Azevedo, Couto Rodrigues, João Paulo Freire, Ferreira Deusdado, Pedro Muralha Baptista Coelho, Afonso de Bragança, Eduardo Coelho, Oldemiro Cesar, Xavier Marques, Azevedo Neves, Pinto de Magalhães, Brito Camacho, Barbosa Colen, José Antonio de Freitas, Brito Aranha... Com uma pistolinha de trazer por casa, o sr. Alvaro Lins sacrifica ainda Edmundo Bittencourt, Gil Vidal, Carneiro da Cunha, Mendonça Lima e, é claro, o grande Costa Rego. Sobram dois tiros. Vão para José do Patrocínio e D. Pedro II.

No sertão infindo, resta aos dois desenfreados a várzea sussurrante da poesia. Lustram as laminas. Avançam. Cai Thomaz Ribeiro. Martins Fontes é assassinado. Nas moitas de lirismo sucumbem Afonso Lopes Vieira, o Conde de Monsaraz, Hermes Fontes, Fausto Guedes Teixeira, Vicente Arneso, Antonio Feijó, Filinto de Almeida. Esval-se a força de Antonio Sardinha ao lado do romantismo de Bulhão Pato e do classicismo de Sousa Monteiro. Morticínio de novos e velhos. Mendes Leal e Rodrigo de Melo, Rocha Pombo, Sousa Viterbo, Antonio de Serpa, Alves Martins, Afonso Lopes de Almeida, Delfim Guimarães, Guilherme de Faria, Emilio de Menezes, Ernesto José Viale, caem como tordos. Seguem-se Acacio de Palva, Gomes de Amorim, Fernandes

Costa, Vasco Camellier, Brito Aranha, Alfredo da Cunha, José Fernandes, Curvo Semedo, José Duro, Barão de Roussado, Manuel da Arriaga, José Bruges, Raul Pederneras, Alvaro de Castelões, Luiz Augusto Palmeirim, Manuel Caiola, Henrique O'Neill, Alfredo Keil, Vieira de Castro, Cristovam Ayres, Alberto de Oliveira...

Suados, ensanguentados, ufanos, tendo tocado fogo a duas Academias de Letras, incinerado duas Bibliotecas Nacionais e soltado um cupim a jato no Real Gabinete Português de Leitura, vão cantar vitória. Turva-se um rumor. Um carro de bois cantando, pelos matos do sertão... Entroelham-se. Falta aquele. Urge negá-lo, ofendê-lo, excluí-lo. Empunham tesouras. Voam. Sobre a divina rusticidade do seu trono, vai-se um dos homens que melhor fruíram no mundo a gloria de fazer versos: — Catulo da Pátria Cearense.

Correm azuis os rios da região. Escorre para eles a seiva de tantas e tantas versos trucidados.

Os srs. Aurelio Buarque de Holanda e Alvaro Lins cumpriram a sua missão.

Acodem-me assim ao bico da pena, até a mim que não sou erudito, nem tenho fichas, nem levo dez anos a escrever esta cronica, muito mais que 200 nomes de autores massacrados por uma "antologia" que ficou longe desse numero. E a quantos terei involuntariamente omitido! Não juro que devessem figurar todos; mas juro que foi um crime de lesa-arte o que se praticou. Bem sei que Antologia não é compilação; também não é depilatorio. Admite-se uma escolha; não uma chacina.

Começou a reagir o pensamento brasileiro, ante a ofensa a Coelho Netto. Compreenda ele que quem no Brasil se per-

mite ofender a memoria e a gloria desse, e de Catulo, de Martins Fontes, de Julia Lopes, de tantos mais, terá cometido em relação a Portugal um rol bem maior de desrespeitos e descatos. O pensamento português verá os dois autores como inimigos seus, embora no silencio que a Censura impõe se escutem acaso alguns encômios que a Propaganda exija... Vemos que essa má acção é praticada conscientemente, para inchar "capelinha" a simulacro de Catedral; isso atraiçoa-se até nas elucidaciones apostas a uns nomes e tecidas a outros. Vemos que se trata de uma Antologia da Censura, feita para agradar ao pessoalzinho do Secretariado. Nesta hora em que não o deixam exprimir-se, o pensamento português tem de repudiar severamente a quem assim procura reforçar o que o

oprime. Não pode perdoar aos que procuram matar-lhe tantas vidas de espirito, acesas na sua lembrança como fanais de liberdade. E' inadmissivel que uma antologia seja afinal uma metralhadora.

LIVRARIA EDITORA
GERMINAL
 AVENIDA 13 DE MAIO, 23 — SALA 922
 Caixa Postal 142 - Agencia da Lapa: Fone 52-1001
 RIO DE JANEIRO
 ESPECIALIZADA NA VENDA DE LIVROS
 POLITICOS PROIBIDOS EM PORTUGAL



Por Paulo REZENDE

Centro Transmontano

O Centro Transmontano de São Paulo, que foi em tempos uma associação com vida intensa e que prosperava incessantemente, parece, de alguns anos para cá, ter entrado numa fase de retrocesso. A ampliação do seu património imobiliário, que tem sido fruto do sacrifício de algumas centenas de abnegados, não deve iludir-nos quanto à real situação da Sociedade, que tem premente necessidade de fontes de renda capazes de fazer frente às enormes despesas que uma obra assistencial de grande vulto determina e para as quais contribuições de cerca de três mil associados são demasiado insuficientes.

A sua Diretoria precisa de reformas inadiáveis, extensivas ao seu Conselho Deliberativo. As condições sociais têm sofrido transformações profundas, que exigem administrações novas, com espírito prático e clara visão do presente. O Centro Transmontano não se tem apercebido dessas transformações e os seus principais responsáveis continuam a situar a sua acção em pontos absolutamente negativos, que não oferecem soluções administrativas. Não é sensato pretender governar ou equilibrar a vida económico-financeira da sociedade à custa de donativos, com grandes ou pequenos benefactores.

É necessário traçar um programa e uma linha de acção que reforme os seus métodos arcaicos de direcção e quebre a monotonia que envolve os seus trabalhos.

Para tanto, os seus mais directos responsáveis devem proceder a uma transformação profunda nos corpos dirigentes, a começar pelo Conselho Deliberativo, que carece de uma ampla renovação de valores. Com um Conselho mais actualizado, mais prático e capaz, é possível formar-se uma Diretoria ativa e consciente das prementes necessidades da Associação. Uma Diretoria que possa trabalhar com tranquilidade, sem sofrer a interferência perniciosa de elementos que tanto têm tumultuado os seus trabalhos. Interferências que além de indevidas, têm-se situado sempre num plano de desejos personalísticos, que visam mais a vaidade pessoal do que propriamente os interesses da sociedade.

Quando isso se fizer, quando bons e honestos mas já superados dirigentes se afastarem da administração, dando assim oportunidade a que uma renovação de valores se processe nos corpos dirigentes,

(Conclui na 2.ª pág.)

Portugal na Imprensa Estrangeira

O jornal conservador LE MONDE de Paris, conhecido pelo equilíbrio das suas opiniões publicou, no passado dia 13 de novembro, a seguinte nota:

"Jean Charron apreciou, no Monde de 3 de Novembro, sob o título, de resto ambíguo, de Salazar ou o mérito importuno uma recente tradução dos Principios de acção do chefe do governo português. Jean Charron certamente foi surpreendido na sua boa fé quando escreveu: "Se um dia fomos forçados a constatar que a obra do Estado Novo não foi coroada de êxito deveremos paradoxalmente explicar esse facto pelo enorme respeito da pessoa humana demonstrado por este ditador que não aceitou levar a sua autoridade até à violência?"

Existem sobre este assunto concreto uma série de documentos (publicados em outubro pela revista *Exigence*) que merecem ser levados ao conhecimento dos leitores do Monde. E' daí que extralhamos:

"Os estaleiros marítimos da União Fabril, de Lisboa, foram ocupados pela PIDE (polícia política) que instalou metralhadoras para forçar os trabalhadores a trabalhar, no dia 1.º de Maio de 1954.

"Em Vale de Vargo, quando 200 camponeses se declararam em greve para conseguirem aumento de salários, a G. N. R. informada pelos grandes agrários, prendeu vários camponeses. Indignados, mais de mil homens e mulhe-

res reuniram-se em frente das instalações da Guarda para pedir a sua libertação. Em resposta, os agentes da G. N. R. dispararam sobre a multidão.

"No campo de concentração do Tarrafal morreram Bento Gonçalves, secretário geral do Partido Comunista Português; Alfredo Caldeira, Antonio Guerra... assim como os dirigentes anarco-sindicalistas Mario Castelheiro e Arnaldo Simões Januario. Outros foram abatidos na via publica, como A. Diniz.

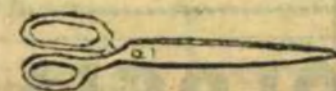
"Um novo campo de concentração está sendo construído em Anzós, destinado a receber os democratas portugueses tais como Alvaro Cunha, Jaime Serra, José Magi Carlos Costa e outros, entre centenas Contra os cidadãos portugueses que se pronunciaram por uma política de negociação quanto a Goa pediram-se condenações de oito a vinte e oito anos de prisão. Os advogados são molestados pelos guardas das prisões.

"Em prisões qu datam da Idade Média sofrem pessoas como o arquitecto Lobão Vital ou professor Ruy Luís Gomes, a engenheira Virginia Moura, assim como estudantes, operários e camponeses que se opõem ao regime.

"Seis dirigentes do MUD Juvenil, Movimento da juventude legal, continuam presos. Entre eles encontra-se Hermínio Marvão, que foi torturado cinco dias e cinco noites consecutivas e que sofre de tuberculose intestinal, sendo-lhe recusada pela policia qualquer assistência medica".

Eis finalmente, o seguinte extracto duma carta de jovens militantes liberais portugueses enviada aos seus camaradas democratas franceses: "Por isso, protestando contra o tratamento que lhes é infligido e pedindo a sua hospitalização e libertação a juventude portuguesa lança um apelo ao povo francês, no sentido de se solidarizar com ela no seu protesto e pede-lhe que envie cartas à Embaixada portuguesa e aos ministros da Justiça, da Educação do Interior, em Lisboa."

Graças a estes penosos portadores e sabendo que o salário mínimo garantido não existe em Portugal e que o nível de vida neste país mal equivale ao da Tunísia, o destino do povo português surge-nos como todo o seu aspecto de tragedia. O vosso colaborador poderia muito bem ter intitulado o artigo: "Salazar ou o povo importuno".



A Censura ao Teatro Português

Enquanto uma atmosfera de liberdade não nos permitir tomar conhecimento de todos os atentados contra a cultura portuguesa praticados pelo salazarismo, iremos pondo os nossos leitores ao corrente do pouco que soubermos. Assim, hoje transcrevemos da "Seara Nova" duas cartas que mostram quão prematuro é o otimismo daqueles que julgam ter a censura abrandado a sua acção no nosso país. Por outro lado, chamamos a atenção dos nossos leitores para um facto curioso: parece ser destino dos grandes homens gerarem filhos que desfazem com a mão esquerda o que eles, tão laboriosamente, construíram com a direita. E' esse o caso do tristemente celebre Antonio Eça de Queirós que, escondendo a mediocridade atrás do vulto ilustre de seu pai, é hoje um dos covéis da cultura nacional, a soldo do SNI. E' esse o caso, também, do dr. Eduardo Brasão, a quem é dirigida a carta que abaixo publicamos. Este sr. Brasão que, entre outras coisas — informa-nos um dicionário biográfico — é arqueólogo (talvez daí provenha a sua falta de sentido das realidades presentes), é o filho do grande ator Eduardo Brasão, a quem o teatro português deve alguns de seus momentos mais altos. Por ironia da sorte é o filho deste pilar da nossa tradição teatral que, presentemente, se acha à frente do organismo que mais tem contribuído, pelas suas medidas asfixiantes, para a desgraçada situação em que o teatro português se encontra.

Lisboa, 17 de maio de 1956
Exmo. sr. dr. Eduardo Brasão
Ilustre Secretário Nacional de Informação.

Exmo. Senhor.
Tendo assistido à sessão de homenagem a Marcelino Mesquita e Henrique Lopes de Mendonça, no Museu João de Deus, não pude deixar de me impressionar, no final, com as palavras de V. Exa. no apelo que dirigiu aos escritores portugueses no sentido de se interessarem pelo Teatro, e principalmente pela convicção que pareceu ditar essas palavras e o apoio que nelas estava implícito.

Desde sempre me tenho interessado pelo Teatro, já com a minha modesta contribuição de crítico e ensaísta, já com algu-

mas tentativas obscuras como dramaturgo. Não espero, já agora, nada dos empresários. Mas gostaria, entretanto, de esclarecer a situação de algumas peças de minha autoria às quais a Censura ou poderes afins tem cortado qualquer vislumbre de contacto com o publico.

Em 1943 dirigiu-me o empresário Robles Monteiro, espontaneamente, convite para pôr em cena a minha peça *Transviados*, publicada em livro. Aceidi com júbilo, naturalmente, e soube, por muitos e insuspeitos testemunhos, que era sincero o empenho que aquele artista punha na realização desse objetivo. Mas tendo-me avistado com ele, foi-me dito que o então Comissário do Governo, Exmo. Sr.

Luiz Pastor de Macedo, se opunha a que tal peça subisse à cena. Alguns anos depois, o mesmo empresário pensou dedicar matinées à mocidade universal.

(Conclui na 2.ª pág.)



ECOS

Para uma população total de 2.833.102 jovens entre 7 e os 24 anos existiam em Portugal, segundo as estatísticas oficiais de 1950/51, apenas 754.424 estudantes, dos quais 643.377 no ensino primário. O ensino superior era frequentado por apenas 13.489 jovens.

Vale a pena comparar, também, as despesas militares com as verbas que o Estado Novo consagra à instrução e aos serviços de saúde. Em 1955 Salazar gastou 31,9% dos dinheiros do Estado em armamento, enquanto concedia apenas 10,4 às escolas primárias, secundárias e superiores do país e 4,4% (?) a todos os serviços hospitalares e de assistência de Portugal.

As violações por parte da Policia portuguesa, das leis promulgadas pelo proprio Estado Novo são tantas e tão flagrantes que dariam um longo rosario de amarguras. Assim mesmo vale a pena citar um caso bem nítido: o decreto 35.042, de 1954, estabelece a prisão preventiva maxima de 6 meses, o que já representa uma imposição da PIDE, que até então se via forçada a acatar o decreto 16.489, de 1929 (máxima de 3 meses). Pois nem assim a PIDE ficou contente: no caso de um advogado de Santarem, dr. Humberto Lopes, manteve essa prisão preventiva por 17 meses, sem que os advogados do reu (que acabou sendo absolvido por falta de provas) pudessem obter a mínima explicação sobre as razões que motivavam este abuso de poder da Policia Política.